

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO	17
1.1 Concurso público. Tramitação interna e previsão orçamentária.....	20
1.2 Concurso público. Imperativo constitucional	24
1.3 Exceções à regra do artigo 37 da Constituição Federal	31
1.3.1 Serviços sociais autônomos.....	31
1.3.2 Ordem dos Advogados do Brasil – OAB	31
1.3.3 Organizações Sociais (OS) e <i>Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público</i> (OCIPS)	32
1.3.4 Cargos em comissão e contratação em caráter temporário	32
1.4 Prazo de validade do concurso público	35
1.5 Edital do concurso público. Vinculação. Eventuais alterações	42
1.5.1 Concurso público e cláusula de barreira	46
1.6 Concurso público em ano de eleições	47
1.7 Concurso interno	51
1.8 Constitucionalidade nas limitações em concurso público. Observância aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da legalidade	54
1.8.1 Limitação em razão da idade	54
1.8.2 Limitação em razão da altura	57
1.8.3 Idosos	58
1.8.4 Candidatos com tatuagens	60
1.8.5 Investigação Social. Nome do candidato nos órgãos de proteção ao crédito. Posição do STJ.....	61
1.8.6 Limitações em concurso público. Princípio da legalidade	61
1.9 Exame psicotécnico	62
1.10 Teste físico. Legalidade. Possibilidade de remarcação	65
1.11 Da reserva de vagas para deficientes físicos.....	68

1.11.1 Surdez unilateral e portador de visão monocular	73
1.11.2 Deficiente físico. Pé torto congênito.....	75
1.12 Cotas para negros e afrodescendentes	75
1.13 Revisão judicial das questões de prova de concursos.....	81
1.14 Da convocação dos aprovados. Formalidades.....	83
1.15 Direito à nomeação dos aprovados. Evolução do entendimento das cortes superiores	84
1.16 Concurso público e a teoria do fato consumado	89
1.17 Nomeação tardia e dever de indenizar. Posição do STJ e do STF	92
1.18 Nulidade do concurso público e seus efeitos	95
1.19 Jurisprudência	99
STJ	99
STF	99
Súmulas Vinculantes	99
Julgados STJ.....	99
Julgados STF.....	101
Súmulas e instruções normativas da AGU	104
1.20 Questões de concursos.....	104
1.21 Gabarito.....	107

CAPÍTULO II

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA..... 109

2.1 Previsão constitucional. Disposições gerais	109
2.1.1 Cargos em comissão e funções comissionadas. Inexigência de formação em curso superior	113
2.1.2 Cargos em comissão e função de confiança da Lei 8.112/90.....	115
2.2 Criação de cargos de comissão e funções de confiança. Necessidade de lei em sentido formal.....	118
2.3 Cargos em comissão e regime previdenciário	122
2.3.1 Aposentadoria compulsória e cargo em comissão.....	124
2.3.2 Servidora gestante. Cargo em comissão. Estabilidade no cargo público durante a gestação	125
2.4 Cargo de comissão e função de confiança. Perda do vínculo com a administração pública	133
2.4.1 Teoria dos motivos determinantes e a exoneração dos ocupantes de cargos em comissão	134
2.5 Nepotismo. Cargos de comissão e funções de confiança	136

2.5.1	Súmula Vinculante nº. 13 do STF	142
2.5.2	Nepotismo cruzado	143
2.5.3	Flexibilização da Súmula Vinculante nº 13 do STF.....	143
2.6	Da aplicação do regime celetista para empregos em comissão e suas implicações..	146
2.7	Jurisprudência	154
	STF	154
2.8	Questões de concurso.....	156
2.9	Gabarito.....	159

CAPÍTULO III

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DO INCISO IX DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL..... 161

3.1.	Conceitos iniciais	161
3.2	Dos pressupostos para contratação temporária.....	162
3.3	Do regime jurídico e da natureza jurídica	172
3.4	Leis instituidoras	180
3.5	Processo seletivo simplificado	182
3.6	Contratação temporária e concurso vigente com candidatos aprovados.....	185
3.7	Contratações temporárias. Vedações	187
3.8	Da extinção do contrato de trabalho temporário	189
3.9	Contratação temporária de empregado público aposentado. Posição do STJ.....	190
3.10	Jurisprudência	191
	TST	191
	STF	191
3.11	Questões de prova	198
3.12	Gabarito.....	201

CAPÍTULO IV

TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DECRETO 9.507/18 ... 203

4.1	Conceitos iniciais	203
4.2	Terceirização. Alterações promovidas pela Lei 13.429/17. Súmula 331 do TST ...	205
4.3	Terceirização. Ausência de pessoalidade e subordinação direta entre o empregado e o tomador. Aplicação da regra do inciso III da Súmula 331 do TST e artigo 4º-A da Lei 6.019/74	209
4.4	Posicionamento jurisprudencial sobre a terceirização depois das alterações legislativas.....	211

4.5	Terceirização no âmbito da administração pública.....	212
4.6	Contratação indireta. Administração pública. Licitação.....	218
4.7	Da vedação de caráter geral.....	221
4.8	Responsabilidade da administração pública nos contratos de terceirização.....	222
4.9	Convênios. Responsabilidade da administração pública e incidência da Súmula 331 do TST.....	224
4.10	Jurisprudência.....	226
4.11	Questões de prova.....	228
4.12	Gabarito.....	230

CAPÍTULO V

REGIME DISCIPLINAR DO SERVIDOR PÚBLICO..... 231

5.1	Regime disciplinar do servidor público.....	232
5.2	Dos princípios aplicáveis ao processo administrativo disciplinar.....	232
5.2.1	Princípio do devido processo legal.....	233
5.2.2	Princípio da ampla defesa e do contraditório.....	234
5.2.3	Princípio da razoabilidade e da proporcionalidade.....	234
5.2.4	Princípio do formalismo moderado.....	235
5.2.5	Princípio da verdade material ou real.....	236
5.2.6	Princípio da presunção de inocência.....	238
5.2.7	Princípio da motivação.....	238
5.2.8	Princípio da oficialidade.....	239
5.3	Regime disciplinar da Lei 8.112/90.....	240
5.4	Dos deveres.....	243
5.4.1	Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo.....	244
5.4.2	Ser leal às instituições a que servir.....	245
5.4.3	Observar as normas legais e regulamentares.....	246
5.4.4	Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.....	246
5.4.5	Atender com presteza: a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo; b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal; c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública.....	247
5.4.6	Levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração.....	249
5.4.7	Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público..	249
5.4.8	Guardar sigilo sobre assunto da repartição.....	250

5.4.9	Manter conduta compatível com a moralidade administrativa.....	251
5.4.10	Ser assíduo e pontual ao serviço	251
5.4.11	Tratar com urbanidade as pessoas.....	252
5.4.12	Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.	252
5.5	Das proibições	253
5.5.1	Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.....	254
5.5.2	Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição	255
5.5.3	Recusar fé a documentos públicos.....	256
5.5.4	Opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço	257
5.5.5	Promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição..	257
5.5.6	Cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.....	257
5.5.7	Coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político	258
5.5.8	Manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.....	258
5.5.9	Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.....	259
5.5.10	Participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário	260
5.5.11	Atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro	261
5.5.12	Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições.....	262
5.5.13	Aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro	263
5.5.14	Praticar usura sob qualquer de suas formas.....	264
5.5.15	Proceder de forma desidiosa	264
5.5.16	Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.....	266
5.5.17	Cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias	266
5.5.18	Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.....	267
5.5.19	Recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado	268

5.6.	Da acumulação de cargos, empregos e funções	268
5.6.1	Da natureza do cargo técnico ou científico para fins de acumulação.....	274
5.6.2	Da acumulação de cargos e a jornada acima de 60 horas semanais.....	277
5.7	Das responsabilidades.....	282
5.8.	Das penalidades.....	287
5.8.1	Da polêmica cassação da aposentadoria do servidor público. Posição do STF	292
5.9	Processo administrativo disciplinar	294
5.9.1	Disposições gerais	294
5.9.2	Da sindicância	296
5.9.3	Do afastamento do servidor investigado.....	299
5.10	Do processo administrativo disciplinar	300
5.10.1	Dos recursos	316
5.11	Da prescrição da ação disciplinar.....	320
5.12	Da revisão do processo administrativo disciplinar.....	325
5.13	Jurisprudência	330
	STJ	330
	STF	337
5.14	Questões de prova	342
5.15	Gabarito.....	348

CAPÍTULO VI

AGENTE PÚBLICO E A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA..... 349

6.1	Conceito de improbidade administrativa	349
6.2	Sujeito passivo do ato de improbidade administrativa.....	351
6.2.1	Sujeito passivo por equiparação do ato de improbidade administrativa.....	352
6.3	Sujeito ativo do ato de improbidade administrativa	353
6.4	Da competência	359
6.5	Dos atos de improbidade administrativa.....	360
6.6	Das sanções	368
6.7	Das medidas cautelares. Da indisponibilidade e do sequestro de bens. Do afastamento do agente público.....	371
6.8	Do procedimento administrativo e do processo judicial.....	377
6.8.1	Do procedimento administrativo	377
6.8.2	Do processo judicial.....	381
6.9	Da declaração de bens	388

6.10 Da prescrição	389
6.11 Jurisprudência	393
6.12 Questões de concurso	397
6.13 Gabarito	402

CAPÍTULO VII

DA LEI ANTICORRUPÇÃO 405

7.1 Das disposições gerais	405
7.2 Dos atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira	413
7.3 Da responsabilização administrativa	414
7.4 Da apuração dos atos lesivos	417
7.4.1 Do processo administrativo de responsabilização	418
7.4.2 Da responsabilização judicial	421
7.5 Da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito do processo administrativo	423
7.6 Do acordo de leniência	425
7.7 Do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e disposições finais	429
7.8 Questões de prova	432
7.8 Gabarito	437

CAPÍTULO VIII

DA ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO 439

8.1 Conceito de ética	439
8.2 Ética profissional no serviço público	440
8.3 Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal. Decreto 6.029/2007	441
8.3.1 Da Comissão de Ética Pública – CEP	442
8.3.2. Das Comissões de Ética de que trata o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994	445
8.3.3 Do Código de Ética dos Servidores do Poder Judiciário. Resolução 147/2011	446
8.3.4 Do Código de Ética dos Servidores do Ministério Público da União. Portaria nº 98, de 12 de setembro de 2017	450
8.4 Ética no serviço público civil. Anexo do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal	455
8.4.1 Das regras deontológicas	457
8.4.2 Dos principais deveres do servidor público	461

8.4.3	Das vedações ao servidor público	463
8.5	Da exposição de motivos do Código de Ética	465
8.6	Questões de concurso	471
8.7	Gabarito	474
BIBLIOGRAFIA		475